

# Comissão sugere manter tradição

**Rio** — No anteprojeto da Constituição a ser proposto pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, sugerindo um novo regime de governo, já definido como dualista, a figura do primeiro-ministro deverá ter uma denominação também adaptada à realidade brasileira. Os membros dos comitês temáticos que estudam a estrutura do novo regime concluíram ontem, por maioria, que o ideal será que haja um "presidente do conselho de ministros".

A tese do professor Miguel Reale, cujo trabalho foi discutido ontem para a apresentação das emendas finais, de que deveria ser mantida a expressão "primeiro-ministro", tendo em vista que as suas atribuições estariam bem além da de presidente apenas do conselho, foi

derrubada pela emenda do professor Pinto Ferreira, que tinha o apoio de Afonso Arinos, pela manutenção da tradição brasileira advinda do Império.

De acordo com as razões apresentadas por Pinto Ferreira, não procede a alegação de que a expressão é arcaica, pois a atual Constituição do Peru adota o termo e na Espanha, que consagra a dualidade de poderes, o chefe do governo é chamado presidente do governo, presidente do conselho de ministros.

## JUDICIÁRIO

O professor Miguel Reale, coordenador do comitê que discutiu o Poder Judiciário, disse que não foi aprovada a necessidade de criação no País de cortes constitucionais, a

exemplo das que existem em outros países, para a solução dos problemas que envolvam matéria constitucional. Segundo ele, concluiu-se pela revisão das atribuições do Supremo Tribunal Federal, em questões específicas de matérias constitucionais, enquanto uma outra instância, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) ficaria encarregado dos recursos extraordinários. Reale informou ainda que a ideia da comissão é descentralizar o Tribunal Federal de Recursos, regionalizando-o até o ponto em que seria substituído pelo STJ.

O comitê que cuida dos Princípios Fundamentais da nova Carta aprovou o direito de voto aos brasileiros com 16 anos. Esta seria uma fórmula de rejuvenescer o eleitorado e mudar o quadro eleitoral.